

Governo demite vice do IPCC

Categories : [Reportagens](#)

A matemática paulista Thelma Krug, 66, foi demitida nesta quarta-feira (19) do cargo de diretora de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, que ocupava desde 2016.

Uma das criadoras do Prodes, o sistema de monitoramento anual do desmatamento por satélite, Krug é vice-presidente do IPCC, o painel do clima da ONU. No ministério, foi responsável pela revisão do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, e pelo projeto de monitoramento do cerrado. Ela já havia sido demitida pelo ministro Sarney Filho no ano passado, [somente para ser “desdemitida” no mesmo dia](#). Na época, o fato foi atribuído a um “mal-entendido administrativo”. Agora a saída é para valer e já vinha sendo especulada há semanas.

Segundo informou o ministério por meio de nota, a própria cientista “manifestou interesse” em deixar o cargo, “para dedicar-se com ainda mais afinco” às suas tarefas no IPCC.

O OC apurou, porém, que a saída aconteceu devido a desentendimentos com o secretário-executivo do MMA, Marcelo Cruz. Este teria questionado os dados de desmatamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ao qual Krug é ligada.

O MMA vem expressando há algum tempo críticas aos dados do Inpe. Entre elas está o fato de que o Prodes, que dá a taxa anual de devastação, só “enxerga” desmates maiores que 6,25 hectares e que não detecta desmatamentos em florestas secundárias. O Inpe contesta, dizendo que essas informações são, sim, aferidas – mas que, para manter a comparabilidade da série histórica, o Prodes só mostra desmatamentos acima desse tamanho e em florestas primárias.

No centro da controvérsia está a forte retomada do desmatamento na Amazônia, que caiu na maior parte do tempo de 2005 a 2012 e voltou a acelerar fortemente nos últimos dois anos. O crescimento de 29% em 2016, para quase 8.000 km², surpreendeu o ministério – a devastação acumula alta de 60% nos últimos dois anos e põe em xeque a meta climáticas do país para 2020, de redução para 3.900 km². Fontes do MMA afirmam que há uma discussão sobre a criação de outro sistema de monitoramento.

Questionada pelo OC a esse respeito após o envio da primeira nota, a pasta não negou que o tema esteja em pauta: afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o substituto de Krug está “capacitado para discutir possíveis mudanças para monitoramento e controle do desmatamento”.

O substituto é o biólogo Jair Schmitt, coordenador-geral de Fiscalização Ambiental do Ibama. Com

fama de linha-dura, Schmitt foi o principal responsável [pela multa de R\\$ 57 milhões aplicada ao banco Santander](#) em 2016 por financiar desmatamento ilegal na Amazônia e um dos mentores da Operação Carne Fria, que autuou frigoríficos no Pará por venda de carne de áreas embargadas por desmatamento ilegal.

Em sua [tese de doutorado](#), de 2015, Schmitt resume sua visão sobre o combate ao desmatamento:

“A apreensão de bens envolvidos nas infrações ambientais, o embargo das áreas desmatadas e a suscetibilidade de uma parcela da sociedade ao valor de dissuasão são os elementos que explicam a parcela de influência da fiscalização ambiental na redução do desmatamento no período estudado [2008-2013]. Contudo, essa redução poderia ser maior se algumas medidas propostas fossem implementadas, tais como: aumento da capacidade de execução das sanções, especialmente o pagamento das multas e a destinação de bens apreendidos; redução do tempo de julgamento das infrações ambientais; aumento da capacidade de apreensão dos bens envolvidos em infrações ambientais; ampliação da quantidade de áreas embargadas por desmatamento ilegal; emprego de ferramentas tecnológicas para aumentar a capacidade de autuação das infrações ambientais; aumento da capacidade de detecção do desmatamento; estruturação dos órgãos estaduais de meio ambiente para atuarem no controle do desmatamento; utilização da Ação Civil Pública como medida estratégica para responsabilizar determinados infratores; realização de esforços conjuntos com a polícia judiciária e o Ministério Público para responsabilizar criminalmente aqueles que desmatam; e empregar a lógica do mercado nas estratégias de fiscalização ambiental para potencializar a dissuasão e inibir o desmatamento ilegal.”

“É lamentável a exoneração da Thelma, mas a indicação do Jair foi uma boa surpresa”, disse ao OC Raoni Rajão, pesquisador da UFMG e especialista em dinâmica de desmatamento.

Procurada pelo OC, Krug não quis comentar a exoneração. “O ministro tem a atribuição de nomear e exonerar conforme lhe seja conveniente.” Ela fica em Brasília até sexta-feira: amanhã recebe do presidente Michel Temer a medalha de oficial da Ordem de Rio Branco. Depois volta a São José dos Campos, onde retorna ao quadro do Inpe.

Republicado do [Observatório do Clima](#)
através de parceria de conteúdo.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/reportagens/diretora-e-demitida-e-desdemitida-do-mma/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/thelma-krug-pais-nao-pode-abrir-mao-de-supercomputador/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/agenda-politica-compromete-pauta-climatica/>